

A colonialidade de gênero: encontros e desencontros contemporâneos sobre o gênero na América Latina

The gender coloniality: contemporary agreements and disagreements about gender in Latin America

Felipe Cromack de Barros Correia

Mestrando em História Social e da Cultura
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
lipe1212@live.com

Recebido em: 30/08/2022

Aprovado em: 23/11/2022

Resumo: A colonialidade do Poder, Saber e ser foram conceituadas após a década de 90 com a emergência do grupo Modernidade/Colonialidade. Desse modo, os escritos de autores como Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres e Walter Dignolo por mais que se preocupassem em teorizar sobre a perpetuação de opressões que se iniciaram na colonização das Américas, não forneceram uma leitura que concedia importância para o gênero como elemento produtor de hierarquias e dicotomias que ainda enxergamos no cotidiano brasileiro e latino-americano. Diante disso, este debate em cinco vozes com Maria Lugones, Gayatri Spivak, Karina Bidaseca, Rita Segato e Oyèrónké Oyèwùmí procura analisar as diferentes vertentes que problematizam a existência, ou não, da categoria “gênero” antes da intrusão colonial na América Latina. Este diálogo não busca desautorizar ou valorizar determinada corrente, mas compreender quais foram os fatores que levaram as autoras a determinar suas teses.

Palavras-chave: Colonialidade; Gênero; Decolonialidade

Abstract: The coloniality of Power, Knowing and Being were conceptualized after the 1990s with the emergence of the Modernity/Coloniality group. Thus, the reading of authors such as Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres and Walter Dignolo, as much as they were concerned with theorizing about the perpetuation of oppressions that began with the colonization of the Americas, did not provide a reading that gave importance to the gender as an element producer of hierarchies and dichotomies that we still see in Brazilian and Latin American daily life. Therefore, this five-voice debate with Maria Lugones, Gayatri Spivak, Karina Bidaseca, Rita Segato and Oyèrónké Oyèwùmí seeks to analyze the different aspects that question the existence, or not, of the category “gender” before the colonial intrusion in Latin America. This dialogue does not seek to discredit or value a certain current, but to understand what were the factors that led the authors to determine their theses.

Keywords: Coloniality; Gender; Decoloniality

Introdução:

Os conceitos de colonialidade e decolonialidade surgem a partir do final da década de 90 com a emergência do grupo modernidade/colonialidade em virtude de destacar e denunciar a continuidade de práticas coloniais de opressão de gênero, raça e classe nos dias atuais. As influências pós-coloniais e provenientes dos grupos de estudos subalternos são indiscutíveis na trajetória da formação do grupo, porém, a busca por um lócus enunciativo próprio da América Latina, fez com que este “giro decolonial” se tornasse uma ruptura epistemológica e prática com as propostas que antes se voltavam para o Norte Global ou para espaços que não olhavam especificamente para a América. Para Rita Segato “Viver de uma forma descolonial é tentar abrir brechas em um território totalizado pelo esquema binário que é possivelmente o instrumento mais eficiente do poder”(SEGATO, 2014, p. 86). Todavia, mesmo em virtude de denunciar a desvalorização de saberes e corpos pretos, pobres, indígenas, mulheres e suas intersecções ao apontar as formas que operam este sistema mundo colonial moderno, o gênero continuou ausente, estando distante de uma análise que conferisse importância a esta categoria que Joan Scott(1990) destacou.

Dessa forma, Maria Lugones, Gayatri Spivak, Karina Bidaseca e Rita Segato são exemplos de mulheres que contribuíram intensamente nas questões de gênero a fim de causar fissuras em um mundo patriarcal. Seus textos possibilitaram novos olhares não contemplados anteriormente por uma geopolítica do conhecimento centrada no homem, branco, europeu. A partir da complexificação e crítica dentro dos estudos subalternos do sul asiático, Spivak descreve a violência epistêmica às mulheres subalternizadas, impedidas de enunciação pelo seu estado de duplamente subalternizada. Por outro lado, influenciada por Spivak, as contribuições do feminismo pós-colonial de Bidaseca questionam a visão salvacionista e o colonialismo jurídico. Ademais, a incapacidade ocidental de buscar a interculturalidade e de universalizar e essencializar o patriarcado e as dicotomias e hierarquias atreladas a categoria de gênero são questões centrais no texto de Bidaseca, as quais, por vezes, são também discutidas pelas outras autoras neste texto. Além disso, Rita Segato complexificará as questões de gênero por meio das incursões coloniais, mostrando que o binarismo e a hierarquização individualista que se produzem e se intensificam a partir do colonialismo, provocam a domesticação e subalternização que trouxeram perdas

políticas imensas para a mulher. Nesse sentido, as críticas a inexistência da categoria de gênero em determinadas sociedades de Segato à Oyèwùmí e Lugones são exploradas a fundo neste texto. Por fim, Lugones propõe a colonialidade de gênero para explorar as resistências às opressões de gênero racializadas que se perpetuam desde o colonialismo até os dias atuais. Além disto, explora também formas de descolonizar o gênero a partir do locus fraturado que impede o gênero de ser, mais uma vez, imposto apagando a diferença colonial. Todas as autoras são interligadas neste texto na tentativa de compreender e complexificar a colonialidade de gênero.

A subalternidade e o colonialismo Jurídico:

Para Gayatri Chakravorty Spivak, a subalternidade pode ser definida como as “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12). No texto de Karina Bidaseca, a autora apresenta um caso espantoso de mais um colonialismo jurídico contra menina/mulher que engravidou após uma relação sexual considerada para o ocidente como criminosa e para sociedade Wichí como culturalmente aceita. O colonialismo jurídico é esta imposição de uma superioridade cultural atrelada à visão hegemônica da incapacidade de outras culturas de construir conhecimento e de se organizar politicamente e juridicamente. A voz desta menina/mulher não é, em todo o processo jurídico, ouvida, pois para autora, o silenciamento de determinados corpos é uma das estratégias do colonialismo que ainda enxergamos contemporaneamente na colonialidade. Spivak deixa claro em seu texto que “não há nenhum sujeito subalterno irrepresentável que possa saber e falar por si mesmo” (SPIVAK, 2010, p. 61). A(o) subalterna(o) carece deste espaço de enunciação pelo que Maria Lugones chamou de uma “geopolítica do conhecimento” (LUGONES, 2014) que expropria seus saberes e desvaloriza suas formas de pensar o mundo, enaltecendo o pensamento ocidental, europeu, branco e patriarcal como única forma de pensar. Este colonialismo jurídico, demasiadamente próximo à colonialidade do poder, saber, ser e de gênero, caracteriza a morte simbólica dos indivíduos subalternizados, por não permitir espaços de enunciação no mundo, sendo a voz, para Bidaseca, um instrumento político de poder.

A retórica salvacionista é um dos pontos fulcrais para Bidaseca ao nos voltarmos para o colonialismo jurídico. A prática de buscar salvar corpos no capitalismo colonial

moderno está embebido de práticas individualistas, lucrativas e estratégias de dominação. As relações de gênero e raça estão no cerne do salvacionismo presente na colonialidade, ou nas palavras da autora: “racismo e colonialidade constituem as relações de gênero, e além disso, o feminismo “branco” se inscreve numa narrativa imperialista quando se sustenta no que se denominou uma “retórica salvacionista” das mulheres de cor café” (BIDASECA, 2011, p. 62, tradução minha). Detalhadas por Abu-Lughod (2012), estas práticas salvacionistas de tutela de povo fazem parte de um aparato colonialista que ainda perdura no cotidiano de muitos povos. Ações que desvalorizam os saberes dos indivíduos/grupos/sociedades subalternizadas impondo uma forma de pensar única no mundo que possibilitam Bidaseca perguntar “De quem as mulheres indígenas precisam ser salvas?” (BIDASECA, 2011, p. 85, tradução minha). Desse modo, a busca deve ser por um pluralismo jurídico que valorize e compreenda as diferentes representações das diferentes culturas existente que “não segue aprofundando a violência epistêmica, simbólica e material exercida sobre eles[os corpos subalternizados]” (BIDASECA, 2011, p. 71, tradução minha). Uma proposta para a autora é que devemos construir um Estado pluricultural, em consonância com o que Maria Paula Meneses argumenta no colóquio Imagens decoloniais em 2022, ao expor que não há justiça social global sem justiça cognitiva global e, para isso, devemos pensar na ecologia de saberes de Boaventura de Souza Santos para combater a subalternização do capitalismo moderno. Mesmo que para Bidaseca o subalternizado não seja necessariamente um sujeito colonizado. A autora não aprofunda esta ideia no texto, porém, podemos relacionar com Boaventura de Souza Santos ao descrever a cartografia epistemológica que forma o sul global atualmente, sendo o sul para ele:

um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento económico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte). A sobreposição não é total porque, por um lado, no interior do Norte geográfico classes e grupos sociais muito vastos (trabalhadores, mulheres, indígenas, afro-descendentes) foram sujeitos à dominação capitalista e colonial e, por outro lado, porque no interior do Sul geográfico houve sempre as ‘pequenas Europas’, pequenas elites locais que beneficiaram da dominação capitalista e colonial e que depois das independências a exerceram e continuam a exercer, por suas próprias mãos, contra as classes e grupos sociais subordinados (SANTOS, MENESES, 2010, p. 12-13).

A co-constituição das opressões:

Bidaseca e Lugones estão em constante diálogo ao pensarmos nas opressões de raça, classe e gênero co-constituintes (LUGONES, 2008). As mulheres do “terceiro mundo” ou do sul global são homogeneizadas por uma ilusão de experiência de opressão comum. Articular estas diferenças é uma nova frente promissora do feminismo pós-colonial que remonta a década de 70. Todavia, mais recentemente, enxerga-se outras omissões deste feminismo que acabaram por reforçar certas estruturas opressivas, como a ausência da discussão sobre o racismo, a colonização e as outras opressões e “ismos”. A ausência de um discurso co-constituintes das opressões que se perpetuam com a colonialidade permite que feministas brancas oprimam e expropriem mulheres negras e outros corpos subalternizados por uma visão salvacionista de que a superação do patriarcado, a partir de uma ideia essencialista, ahistórica e indiferenciada, automaticamente acabaria com as desigualdades e opressões no mundo. Esquecendo-se de qual mundo falam e das outras opressões existentes no ocidente colonial capitalista. Desse modo, é fundamental ressaltar que assim como para Bidaseca “Sexismo, racismo e exploração de classe constituem sistemas interrelacionados de dominação que determinam a agência feminina (BIDASECA, 2011, p. 63, tradução minha). Para Lugones, pensar nesta co-constituição é vislumbrar para além das separações categoriais de humano, branco, mulher, hetero, ou seja, um ato contra hegemônico.

A opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo. Minha intenção é focar na subjetividade/intersubjetividade para revelar que, desagregando opressões, desagregam-se as fontes subjetivas-intersubjetivas de agenciamento das mulheres colonizadas (LUGONES, 2014, p. 941).

A hegemonia deste sistema que subalterniza os corpos de mulheres, pretos, pobres e suas interseções está embasada na hierarquização e dicotomia. A desumanidade é a lógica do colonialismo que produz alteridade, a criação do inimigo e a legitimação das práticas genocidas. Se o racismo pontuou quem era humano e desumano, o gênero – inserido na intrusão colonial para a Lugones – apontará quais não homens serão não humanos e quais não mulheres serão não humanas. Resistir a esta imposição hierárquica do colonialismo é resistir no lócus fraturado da diferença colonial que produz e impõe o não moderno numa escala subalternizada ao indivíduo moderno, uma perspectiva adotada por

Maria Lugones para tratar da colonialidade de gênero. Por lócus fraturado, ela entende: “Mas o lócus é fraturado pela presença que resiste, a subjetividade ativa dos/as colonizados/as contra a invasão colonial de si próprios/as na comunidade desde o habitar-se a si mesmos/as.” (LUGONES, 2014, p. 943). Assim, para a autora, é necessário descolonizarmos o gênero, uma prática do feminismo descolonial:

descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir ← → resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão (LUGONES, 2014, p. 940).

A invenção do gênero:

A intrusão colonial que estabelece hierarquizações e dicotomias generificadas é alvo de um grande debate entre as autoras, visto que não concordam com a origem do gênero. Para complexificar este debate trarei também as produções de Oyèrónkẹ Oyěwùmí, principalmente seu livro *A invenção das mulheres* (2021). A tese principal de Oyěwùmí ao olhar a sociedade Yorubá é que a categoria funcional “mulher” é inexistente antes do contato ocidental. A hierarquização e a separação biológica indissociável das práticas sociais é uma característica intrinsicamente ligada a cultura eurocentrada ocidental binária. Na sociedade Yorubá termos erroneamente traduzidos como “homem” e “mulher” ocupam posições fluidas e situacionais que são indistinguíveis durante uma conversa. A senioridade é uma categoria mais válida para lidarmos com a cultura Yorubá antes da intrusão colonial. Por isso, a “bio-lógica” inventa a mulher para a autora na sociedade Yorubá. Uma das suas principais contribuições é a historicização do gênero, mostrando que possui um contexto, um tempo e um lugar específico de criação:

as relações de gênero são relações sociais e, portanto, historicamente fundamentadas e culturalmente vinculadas. Se o gênero é socialmente construído, então não pode se comportar da mesma maneira no tempo e no espaço. Se o gênero é uma construção social, então devemos examinar os vários locais culturais/arquitetônicos onde foi construído, e devemos reconhecer que vários atores localizados (agregados, grupos, partes interessadas) faziam parte da construção. Devemos ainda reconhecer que, se o gênero é uma construção social, então houve um tempo específico (em diferentes locais culturais/arquitetônicos) em que foi “construído” e, portanto, um tempo antes do qual não o foi. Desse modo, o gênero, sendo uma construção social, é também um fenômeno histórico e cultural. Consequentemente, é lógico supor que, em algumas

sociedades, a construção de gênero não precise ter existido (OYEWUMI, 2021, p. 45).

Para Rita Segato e Karina Bidaseca, o gênero já existia em sociedades pré-hispânicas, mesmo que devemos nos preocupar com estas generalizações das culturas não ocidentais que Bidaseca, Segato e Lugones trazem, não feitas por Oyèwùmí. Para Bidaseca e Segato, o gênero por meio do contato ocidental brutal ganha articulações hierarquizantes e binárias que começam a o transformar nesta opressão que conhecemos atualmente. Contudo, faz-se necessário indagar se, como a autora cita, nas sociedades pré-hispânicas existiam igualdades de gênero que são desestruturadas com a colonização, como Segato mostra em seu texto. Mas talvez, mais próximo das atribuições de Oyèwùmí podemos compreender o gênero, como forma de reger a vida, a partir de sua indissociabilidade do social e constituído e formulado por dicotomias e hierarquias, as quais não existiam em certas sociedades antes da intrusão colonial, como a Yorubá. Por isso, esta separação sexual, talvez mais enxergada no olhar do historiador/antropólogo do que na própria sociedade, não deve ser categorizada como gênero. Desse modo, ao pensarmos no gênero, da forma como conhecemos hoje, como um construto ocidental reforçado e produzido a partir da colonização, podemos apontar que a separação sexual dos indivíduos não era marcante para certas sociedades. Assim, gênero, para algumas sociedades, não foi só desenvolvido e “intensificado” pela colonização, mas forçosamente produzido e imposto. Lugones neste ponto complexifica as teorias de Oyèwùmí ao mostrar que não só gênero, como a ideia de sexo também foi produzida nesta intrusão colonial, embasada nos estudos de Thomas Laqueur. Logo, a fluidez, a situacionalidade e a separação social e de gênero, a ausência de dicotomias e hierarquias generificadas não permitem a inserção da categoria de gênero antes da colonização.

Considerações finais:

A decolonialidade não pode ser pensada apenas a partir de teorias, mas por meio de práticas contra hegemônicas, como a pedagogia feminista descolonial de Yuderkys Espinosa, Diana Gómez, María Lugones y Karina Ochoa (2017) por exemplo. Esta pedagogia se caracteriza por um conjunto de práticas políticas pensadas ativamente desde as lutas, necessitando um processo de nos relocarmos como sujeitos comunitários atravessados por estas raízes do colonialismo. Desnaturalizando um olhar de mundo hegemônico, partindo de experiências e uma ecologia de saberes para buscar sentidos

comunitários silenciados e apagados pelo capitalismo. Práticas contra hegemônicas já anteriormente existente que necessitam de uma descategorização coletiva, como aponta René Olvera Salinas (2017):

No obstante, existen personas, colectivos, organizaciones, movimientos que no son el otro del sistema, no están encerrados, clasificados, categorizados, ejercen la libertad, con múltiples desafíos y contradicciones. Se relacionan de maneras muy otras entre ellos, con la Madre Tierra, con el sistema y no pueden ser comprados ni clasificados jerárquicamente por clase, raza, género; no son así, el otro del sistema, sino un otro propio, están siendo. Pero hay que poner atención, señala Manuel, en que llegar ahí y mantenerse ahí es un proceso largo y requiere mucho corazón. Es un proceso que inicia siempre siendo el otro del sistema (indio, mujer, obrero, colectivos) y en donde se camina para dejar de serlo y desbordarlo, no es lineal. Es un proceso que requiere de toda la disposición y las herramientas para la construcción de prácticas, estrategias y metodologías para reconocernos y habitar ese estar siendo. No se da solo por nombrar la causa en la que estamos, —incluso si la causa es legítima—, sino al revés, nuestro hacer nombra la causa y en ese nombrar la causa se enfrentan las contradicciones, nos descubrimos desnudas y desnudos, nos descategorizamos colectivamente (SALINAS, 2017, p. 207).

Contudo, a partir destas leituras, percebemos que desde a emergência do grupo modernidade/colonialidade e do conceito de decolonialidade e colonialidade o gênero não teve sua importância conferida. As discussões sobre a colonialidade só tiveram a categoria de gênero em destaque com as contribuições de Maria Lugones. Estas novas ideias, provenientes do feminismo descolonial que trouxeram para o debate vozes subalternizadas, permitem-nos pensar em formas contra-hegemônicas de desestabilizar e resistir às incursões coloniais que se perpetuam atualmente na modernidade.

Para Maria Lugones, devemos partir do locus fraturado para trabalhar com estas resistências à colonialidade a partir da diferença colonial, sem ao mesmo tempo impormos novamente hierárquicas e dicotomias. Assim, para a autora - e talvez um forma da academia incorporar o feminismo descolonial como prática- “a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la.” (LUGONES, 2014, p. 948). Sendo necessário lembrar que a resistência às opressões de raça, classe e gênero que se perpetuam desde o colonialismo não é uma prática individualista própria do capitalismo ocidental. Por outro lado, como mostra Lugones, deve-se resistir coletivamente, permitindo reconhecimentos

comunitários que passam de mãos em mãos, bocas em bocas em virtude de potencializar outras formas de pensar e outros mundos possíveis.

Referências Bibliográficas:

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?: reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2012, v. 20, n. 2 [Acessado 3 Junho 2022] , pp. 451-470. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200006>>. Epub 20 Ago 2012. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200006>.

BIDASECA, Karina (2011). Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café: desigualdad, colonialismo jurídico y feminismo postcolonial. In **Andamios**. Volumen 8, número 17, septiembre-diciembre, 2011.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2014, v. 22, n. 3 [Acessado 3 Junho 2022] , pp. 935-952. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>>. Epub 28 Nov 2014. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Argentina: Ediciones del signo. 2010

_____. Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica, in Boaventura de Sousa Santos (org.), **Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências** revistado. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

Nelson Maldonado-Torres, A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: Modernidade, império e colonialidade, **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 80 | 2008, publicado a 01 outubro 2012, consultado a 22 junho 2022. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/695>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.695>

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. RJ: Bazar do Tempo, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o Gênero: Os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**. Dakar, CODESRIA, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-razionalidad. In: BONILLO, H. (Comp.). Los conquistados. Bogotá: **Tercer Mundo: Flacso**, 1992. p. 437-449.

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**. Santa Cruz, v. XI, n. 2, 2000, p. 342-386.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Introdução. Epistemologias do Sul**. São. Paulo; Editora Cortez. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. SP: **Boitempo**, 2021.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2007, n. 79 [Acessado 20 Julho 2022] , pp. 71-94. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101->

33002007000300004>. Epub 01 Jul 2008. ISSN 1980-5403.
<https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>

SCOTT, Joan W. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.** Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990

SEGATO, Rita. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In **Tejiendo de outro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala** / Editoras: Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz – Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2017.

_____. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo II. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2017.